

A. I. N° - 112889.1227/05-0
AUTUADO - JOSÉ ROBERTO BATISTA DA SILVA
AUTUANTE - AIDIL ISABEL DE SOUZA
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTENET - 01/06/06

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0174-03/06

EMENTA: ICMS. DIFERIMENTO. SUCATAS. RECOLHIMENTO A MENOS. A saída de sucatas destinadas a outras unidades da federação, põe termo ao regime de diferimento. Ficou comprovado nos autos que o autuado recolheu o imposto de acordo com a legislação em vigor. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 20/12/2005, refere-se à exigência de ICMS no valor de R\$462, 60, com aplicação de multa no percentual de 60%, pela falta de recolhimento do ICMS em operação com mercadorias enquadradas no regime de diferimento, não sendo possível a adoção do referido regime, no transporte da mercadoria, desacompanhada de DAE ou Certificado de Crédito.

O autuado, inconformado, apresenta impugnação, às fls. 18 a 20, alegando que sua atividade é o comércio de sucata, comprada de terceiros e comercializadas para usinas siderúrgicas. Argumenta que a sua sucata é composta de latas vazias de leite em pó, aço carbono, flandaria de carro e outros. Diz que após o recebimento do material, procede ao “prensamento”, para em seguida transportá-lo de caminhão, para Siderúrgica Belgo Mineira, localizada na cidade de Cariacica-ES, onde ocorre o processo de reciclagem do material. Salaria que o seu caminhão foi retido no Posto Fiscal Eduardo Freire no dia 20/12/2005, e foi lavrado Auto de Infração, sob o argumento de que o defendente recolheu o imposto a menor, tendo em vista que o material apreendido tratava-se de sucata de ferro prensada e não sucata mista prensada. Aduz que a nota fiscal avulsa foi emitida no posto fiscal de Juazeiro, tendo sido vistoriada toda a carga pelo preposto fiscal emitente da nota. Ressalta que o material apreendido é composto de latas vazias em sua maior parte, aço carbono, flandaria de automóveis e outros. Entende que o fiscal autuante não poderia modificar a definição das sucatas transportadas, tendo em vista que não há qualquer referência na legislação sobre sucata mista. Reitera que a mercadoria apreendida é fiscalizada previamente pelo fiscal emitente da nota fiscal avulsa, tendo sido comprovado que tratava-se de sucata mista. Argüi que se houvesse a intenção de evitar o pagamento do imposto devido, teria enquadrado o material transportado como “flandres”, cuja pauta tem o valor menor que a sucata mista. Entende, que mesmo que a presente impugnação não seja acolhida, a autuação não deve prosperar, pois a Instrução Normativa nº 02/2006, datada de 03/01/2006, reduziu o valor da pauta da sucata de ferro prensada, redução esta, para atender ao pleito dos comerciantes de sucata, uma vez que os preços praticados até então não refletiam a realidade do mercado. Conclui, requerendo a procedência da sua impugnação e conseqüentemente a inexigibilidade do crédito tributário.

O autuante, por sua vez, na sua informação fiscal (fl. 47 e 48), cita os artigos do RICMS-BA que consubstanciam a exigência fiscal, e diz que a diferença de preços foi apurada em razão da interpretação sobre a natureza das sucatas. Entende que o autuado estava transportando sucata de ferro prensada, com pauta fixada pela IN 09/2005, cujo valor é superior àquele definido para o defendente. Diz que os artigos 105 e 116 do CTN, prelecionam a aplicação da legislação tributária imediatamente aos fatos geradores pendentes e futuros. Entende que “o fato material – saída de

mercadorias enquadradas no regime de diferimento para outro Estado da Federação- já estava plenamente configurado”. Salienta que a lei tributária não pode retroagir para favorecer o autuado, sendo improcedente o seu pleito para aplicação de uma legislação mais favorável. Explica que a pauta de sucata de ferro foi publicada através de três instruções normativas, sendo cada uma referente a um determinado tipo de sucata que é definido pela sua própria descrição. Informa que existem a sucata de ferro prensada, a sucata de ferro mista e a sucata de flandres. Diz que o autuado admitiu que existem três tipos de sucatas e que a sua sucata é composta de vários materiais, portanto trata-se de sucata mista, porém prensada. Entende que a instrução normativa só diferencia a sucata de flandres da sucata mista, e que o elemento fundamental para a determinação da base de cálculo é o fato de ser prensada, ou não, sendo os preços diferenciados em razão da sucata prensada implicar em um processo que agrega valor, e o legislador considerou que deva sofrer uma tributação mais valiosa em relação a outros tipos de sucatas. Conclui, requerendo a procedência da autuação.

VOTO

O presente Auto de Infração, lavrado em 20/12/2005, reclama ICMS pela falta de recolhimento do ICMS em operação com mercadorias enquadradas no regime de diferimento (sucatas), onde não é possível a adoção do referido regime, desacompanhadas de DAE ou Certificado de Crédito.

Entendo que apesar do enquadramento da infração imputada não corresponder aos fatos narrados, o defendente compreendeu a natureza da acusação imposta, argüindo a aplicação equivocada da pauta fiscal pelo autuante e relatando o tipo das sucatas transportadas entendendo tratar-se de sucata mista prensada, portanto, ficou entendido pelo autuado que se tratava de recolhimento de imposto efetuado a menos.

O autuado, irredimido, insurge-se contra o lançamento de ofício, requerendo a sua improcedência por entender que o material transportado foi devidamente classificado no Posto Fiscal de Juazeiro como sucata mista e que o autuante exigiu imposto, entendendo tratar-se de sucata de ferro prensada. Alega ainda, que caso o Auto de Infração seja julgado procedente, que deva ser aplicada a pauta fiscal prevista na Instrução Normativa nº 02/2006, datada de 03/01/2006, que reduziu o valor da pauta da sucata de ferro prensada.

O autuante entende que a sucata mista não é prensada e que o legislador entendeu que a sucata de ferro prensada tem o valor diferenciado, em razão do processo pelo qual o material é submetido.

Da análise das peças contidas nos autos em conjunto com as alegações defensivas entendo que se trata de sucata mista prensada. O autuado diz que o material transportado é composto de latas vazias, aço carbono, flandres e outros, submetidos ao processo de prensamento tendo sido reconhecido pelo autuante que se tratava de sucata mista, porém de ferro.

A Instrução Normativa nº 45/2005 de 04/08/2005 (fl.10), em vigor à época dos fatos, prevê a aplicação do valor de pauta fiscal de R\$ 0,15 por quilo, para sucata mista prensada, valor este, utilizado na determinação da base de cálculo e do imposto recolhido na Nota Fiscal Avulsa nº 1854692005 (fl.08) que acompanhava as mercadorias, portanto, concluo que não ficou caracterizado o recolhimento do imposto a menos e, por conseguinte insubsistente o presente lançamento de ofício.

Com relação à publicação da Instrução Normativa nº 02/2006, datada de 03/01/2006, verifico que a autuação fiscal ocorreu em data anterior à modificação da base de cálculo pela norma complementar, e, portanto, não pode ser aplicada ao caso presente.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **112889.1227/05-0**, lavrado contra **JOSÉ ROBERTO BATISTA DA SILVA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de maio de 2006.

ARIVALDO SOUSA PEREIRA-PRESIDENTE

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR